

“Esses bancos não desembolsam recursos ao País”, diz Bresser

por Cláudio Sefatto
de Brasília

“Esses bancos não estão desembolsando recursos para o Brasil desde que foi decretada a moratória dos juros junto aos bancos privados. Parece que eles (os Eximbanks) resolveram solidarizar-se, de alguma forma, com os bancos privados.”

Este foi o comentário que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira fez ontem, em função da decisão do governo brasileiro de ampliar a suspensão do pagamento das amortizações, que vencem neste segundo semestre, junto às agências oficiais de crédito internacionais.

“Acho que isso foi bem avisado e o sistema financeiro internacional estava esperando por essa medida”, observou o ministro da Fazenda, ao ser indagado sobre as possíveis reações externas a mais essa suspensão de pagamentos.

Para Bresser Pereira, pelo fato de as agências oficiais terem suspendido o desembolso dos créditos contratados com o Brasil em janeiro último, “e como nós não temos reservas

cambiais para dar e vender, nós decidimos suspender o pagamento do principal da dívida velha (a dívida que vence neste ano, relativa aos financiamentos contraídos pelo Brasil até 31 de março de 1983)”.

Entre o primeiro e o segundo semestres deste ano o País deveria desembolsar, a título de pagamento do principal junto ao Clube de Paris, a quantia de US\$ 1,05 bilhão. Conforme o acordo negociado pelo ex-ministro Dilson Funaro, o principal de US\$ 500 milhões vencido no primeiro semestre seria reescalonado por seis anos, com três de carência desde que o Fundo Monetário Internacional (FMI) enviasse um relatório aprovando a política econômica brasileira, e que o País tivesse concluído um acordo com os bancos privados.

Ainda pelo acordo de janeiro, o Brasil se comprometia a pagar o principal no segundo semestre, “desde que não ocorressem circunstâncias impeditivas fora do controle brasileiro”, como diz uma nota oficial do Ministério da Fazenda.

Como as duas primeiras premissas não se confirma-

ram, e como “condição impositiva” o Clube de Paris não abriu os créditos para o País, o ministro da Fazenda enviou uma missão a Paris para prorrogar o primeiro acordo, que venceu, dia 30 passado, por mais noventa dias.

O presidente da instituição, Jean-Claude Trichet, após consultar os países credores, negou a prorrogação do segundo semestre. Foi uma atitude de endurecimento dos governos credores que o ministro respondeu com a interrupção dos pagamentos, embora esteja mantendo em dia os pagamentos dos juros da dívida.

O Ministério da Fazenda explicou que neste ano o fluxo das agências oficiais para o Brasil, em termos líquidos (ou seja, excluído o que o País paga aos credores oficiais) será de US\$ 1,9 bilhão. Esse fluxo foi negativo em US\$ 200 milhões em 85 e em US\$ 1,4 bilhão em 86.

Não se trata de uma agressão nem de um confronto com o Clube de Paris. Trata-se apenas de proteger as nossas reservas cambiais”, insistiu Bresser Pereira.

Assessores oficiais, ligados diretamente à questão externa, consideram que um endurecimento dos credores — e aí listam não só o Clube de Paris, mas também o Banco Mundial — está surgindo na proporção certa do afrouxamento da postura do governo brasileiro com relação à dívida externa.

O único banco que ainda mantinha fluxo positivo com o Brasil, o Banco Mundial, poderá reverter sua posição neste ano, temem os assessores, que já não estão contando com a liberação integral dos US\$ 500 milhões de financiamento para o setor elétrico, ainda em negociação.

As últimas projeções do balanço de pagamentos para o final do ano indicam que o País deveria obter de “dinheiro novo” — ou poupança externa — aproximadamente US\$ 6,8 bilhões para fechar as contas externas, a partir de um superávit comercial de US\$ 9 bilhões a US\$ 9,5 bilhões.

Como a moratória dos juros dos bancos privados representa US\$ 4,3 bilhões, o “buraco” do balanço de pagamentos está estimado entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão.

Se não for financiado de alguma maneira, esse déficit terá de ser coberto com a perda de reservas cambiais, o que seria dramático para o País, que já está com o caixa baixo. A outra hipótese é que esse montante seja preenchido com financiamentos do Fundo Monetário Internacional.

Os assessores do ministro da Fazenda acreditam que o FMI acabará arranjando uma forma de conceder um empréstimo ao Brasil, refinanciar a dívida que o País tem a pagar à instituição neste segundo semestre ou uma combinação de ambos, sem que o governo brasileiro tenha de passar pelo constrangimento de fazer um acordo “stand-by”, com a subscrição de uma carta de intenção, monitoramento e demais formalidades do Fundo. O FMI ainda não praticou tal flexibilidade, mas os assessores acham, e o ministro também, que abrirá uma exceção para o Brasil.